

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CARLOS RAFAEL DE SOUSA ANDRADE

VIOLÊNCIA POLÍTICA EM GOYAZ NA PRIMEIRA REPÚBLICA A PARTIR DA OBRA
O TRONCO

GOIÂNIA

2021

CARLOS RAFAEL DE SOUSA ANDRADE

VIOLÊNCIA POLÍTICA EM GOYAZ NA PRIMEIRA REPÚBLICA A PARTIR DA OBRA
O TRONCO

Monografia de conclusão de curso, da licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Escola de Formação de Professores.

Orientador: Eduardo Gusmão de Quadros

GOIÁS

2021

CIP - Catalogação na Publicação

AA553v Andrade, Carlos Rafael de Sousa
VIOLÊNCIA POLÍTICA EM GOYAZ NA PRIMEIRA REPÚBLICA
A PARTIR DA OBRA O TRONCO / Carlos Rafael de Sousa
Andrade. -- Rio de Janeiro, 2021.
37 f.

Orientador: Eduardo Gusmão de Quadros.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de História, Bacharel em História, 2021.

1. Violência. 2. Historia Política. 3. Massacre
do Duro. 4. Literatura. 5. Simbologia. I. Quadros,
Eduardo Gusmão de , orient. II. Título.

AGRADECIMENTO

Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo (Paulo Freire), durante esses anos de ensino e aprendizado deixo meus sinceros agradecimentos a meus professores e colegas que tanto contribuíram nessa jornada;

Em especial a meu exemplo de vida, minha mãe Sr. Gessimara Pereira de Sousa, que mudou sua vida e de todos a sua volta através de muito esforço e disciplina nos seus estudos;

Ao professor Eduardo Gusmão de Quadros, meu orientador que de forma exemplar e atenciosa me acompanhou e orientou;

A minha esposa Lorryne Nunes, que nunca contrapôs e sempre me incentivou nessa jornada;

E agradeço de forma especial a Deus, por sempre me deixar centrado e colocar pessoas especiais e brilhantes no meu percurso.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar, na visão comparativa, a relação entre fontes literárias com o exercício da pesquisa historiográfica, através da obra *O Tronco* e sua relação com o Massacre do Duro. Está localizado na atualidade no município de Dianópolis – To, o romance foi escrito no ano de 1956 e tratam de eventos pertencentes às primeiras décadas do século XX, período este que a região do Duro pertencia ao Estado de Goiás, somente em 1988 que há a criação do Estado do Tocantins, nos quais foi retratado um contexto de violência, desmandos e abandono. Reina ali a presença dos coronéis e o poder sendo exercida através da força de seus jagunços, muitas das vezes lembrando e sendo comparada ao cangaço. Evidenciando a disputa de grupos políticos e o apoio do governo de Goiás entre meio a essas disputas. A representação literária de Bernardo Élis, nos faz vivenciar a violência em um modelo de uma sociedade agressiva e simbólica, trazendo lições para compreender a violência estrutural na sociedade goiana e brasileira.

Palavras-chaves: Violência; Historia; Historia Politica; Brasil; Massacre do Duro e Literatura; Simbologia.

SUMÁRIO

VIOLÊNCIA POLÍTICA EM GOYAZ NA PRIMEIRA REPÚBLICA A PARTIR DA OBRA *O TRONCO*.

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 5 |
| CAPITULO I - LITERATURA COMO FONTE HISTORICA | 9 |
| 1.1 COMO UMA OBRA LITERÁRIA TORNA-SE FONTE HISTÓRICA | 13 |
| CAPITULO II - A PRATICA DO CORONELISMO | 15 |
| 2.1 A CHACINA DO DURO | 19 |
| CAPITULO III - A CHACINA NA VISÃO DO ROMANCE <i>O TRONCO</i> | 23- |
| 3.1 A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL PERDURA..... | 27 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 37 |
| BIBLIOGRAFIA | 39 |

INTRODUÇÃO

Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, advogado, professor, contista, romancista e poeta, nasceu em 15 de novembro de 1915. Natural de Corumbá de Goiás, era filho do poeta Érico José Curado e de Marieta Fleury Curado. Escreveu o seu primeiro conto aos doze anos, inspirado em “assombramento” de Afonso Arinos.

Cursou o ginásio no colégio Liceu de Goiânia e em 1945 formou-se na Faculdade de Direito. Em 1936, começou suas funções públicas como escrivão da Delegacia de Polícia em Anápolis, mas desde 1934 participava dos acontecimentos literários do Brasil central e foi prefeito da capital do estado de Goiás por duas vezes.

Em 1944, seu livro de contos *Ermos e Gerais* foi publicado, obteve elogios da crítica nacional. No mesmo ano casou-se com a poetisa Violeta Metran. Iniciou no magistério como professor da Escola Técnica de Goiânia e do ensino estadual e municipal. Foi co-fundador, vice-diretor e professor do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás e sendo professor de Literatura na Universidade Católica de Goiás em 1953.

Em 1955 publicou o livro de poemas *Primeira chuva*. Em 1956 publicou o livro que é objeto de estudo nessa pesquisa, *O Tronco*. Entre 1970 e 1978, exerceu a função de assessor cultural junto ao Escritório de Representação do Estado de Goiás, no Rio de Janeiro. Em 1986, entrou para o Conselho Federal de Cultura, em Brasília.

Elis recebeu diversos prêmios literários durante sua vida, sendo os mais importantes entre eles: Prêmio José Lins do Rego (1965) e Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do livro em 1966¹.

¹ In: *Academia Brasileira de letras, Bernardo Elis*.

Quando analisamos o romance *O Tronco*, temos uma visão da sociedade em Goyaz no período da Primeira República. Um enredo que norteia a violência praticada pelos coronéis na região da Vila de São José do Duro. Logo em seguida, a obra tratar também dos atos praticados pelas forças do Governo em resposta a uma tentativa de retomada do poder pelo Estado.

Ao analisar as representações ao redor da violência e suas diversas formas de divulgação temos um padrão destinado a engradecer os atos violentos que visam definir a propriedade de uma região, família ou grupo social, com características genéricas que estimulam uma definição prematura a respeito dos atos e das circunstâncias.

Portanto, tais atos acarretam em divisões sociais, onde famílias normalmente disputam poderes regionais e municipais por meio da violência. Sendo a violência física, quando a um combate corpo a corpo, a violência verbal por meio de ofensas e a violência psicológica por meio de ameaças sendo o terror psicológico²

Ao utilizar essa obra literária conseguimos visualizar a imagem simbólica da pratica do coronelismo. Como tal referência ainda permanece forte nos dias atuais, mesmo transpassando do século XX para o século XXI, isso mostra a relevância da pesquisa. Um imaginário de poder persiste principalmente nas regiões do interior, trazendo como referência um coronel influente, poderoso, rico e cruel perante aqueles que tentam contrapor seu poder regional.

O Tronco possui um cenário que mostra a visão de ambos os lados, o lado do coronel que não quer perder o seu poder e a população que fica assombrada em meio aos atos de violência e

² O terror psicológico se sustenta no desconforto mental, na pratica de atos violentos, Hannah Arendt em *Origens do totalitarismo* defende que o governo espalha o terror como um elemento real. Causando medo nas pessoas que por sua vez permitem ser governadas de forma totalitária.

subordinação. Há ainda o lado do Estado, que quer restituir seu poder legal na região.

Por mais que *O Tronco* seja um romance literário, Bernardo Élis baseia sua obra em um momento histórico. A chacina do Duro que ocorre no ano de 1918 na Vila de São José do Duro, que atualmente pertence ao município de Dianópolis no estado do Tocantins.

Sendo que o objeto da pesquisa faz uma interlocução entre os eventos históricos e o texto literário da obra de Bernardo Elis, buscando é claro, uma linearidade do desenvolvimento do objeto de pesquisa.

As fontes históricas são objetos intrínsecos a pesquisa histórica e a literatura se enquadra em uma dessas ferramentas que podem ser utilizadas pelos historiados. Conforme o historiador Antônio Celso Ferreira³, em períodos pertencentes aos século XIX as fontes históricas eram apenas documentais, mas que nas últimas décadas a literatura passa a ter um destaque para a pesquisa histórica.

Sabendo de antemão que a literatura é dotada de perspectivas e personagens ricos em detalhes, algo que nem sempre é encontrado em fontes oficiais. A literatura proporciona múltiplas visões de senários, personagens, tratativas, agressões entre diversas outras experiências de vivencia. Tudo na ótica de primeiro ou de terceiro plano, estampado de forma clara aos olhos do leitor.

O método de análise metodológico dessa pesquisa avança na relação entre o dialogo da literatura como fonte historiográfica e da historicidade dos textos para discutir a relevância da violência politica na Primeira Republica em Goyaz.

³ *Antônio Celso Ferreira*: possui graduação em História pela Universidade de Brasília (1973), mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1982) e doutorado em História Social pela mesma instituição (1993).

Essa pesquisa é dividida em três capítulos, sendo mantida a relação dialógica.

No capítulo I, dialogamos a relação entre a literatura e fonte histórica, como podemos utilizar na atualidade os mais diversos textos, sendo eles oficiais ou de inspiração artística. Baseados em estudos, pesquisas e resultados pregressos de historiados.

Já o capítulo II, apresenta a prática do coronelismo não só na região de Goyaz, mas como sendo uma estrutura pertencente a todo o território. Uma forma de controle político e social praticada desde do Império Brasileiro a formação da República Brasileira.

Aqui passamos também pelo relato da Chacina do Duro, Massacre dos Nove ou Quinta-feira Sangrenta; formas mais comuns como e referido os desfechos que ocorreram na cidade de São José do Duro – atual região de Dianópolis, Tocantins.

O capítulo III é uma correlação de diálogo entre o romance de Bernardo Élis, *O Tronco* e as relações de violência praticadas na sociedade e refletidas na obra, na forma de literatura. A violência sendo ela simbólica como Pierre Bourdieu⁴ descreve, ou então sendo direta, cultural ou estrutural sempre está ligada a relações de poder e submissão.

E como a violência estrutural perdura até os tempos da atualidade, sendo ela uma das principais causadoras de desigualdade social e a principal ferramenta que sustenta a prática das demais violências. Desta forma essa pesquisa visa dialogar e levantar a discussão a respeito de como nossas políticas e sociedade se sustentam em práticas nocivas para a própria sociedade.

⁴ Revisão de Bourdieu, Pierre (2012), Sur l'État. Cours au Collège de France (1989-1992). Paris: Raisons d'Agir/Seuil.

CAPITULO I

LITERARURA COMO FONTE HISTORICA

A literatura por muitas décadas era apenas relacionada como leitura de entretenimento, por ser vinculada diretamente com manifestações emocionais. Sendo assim, era inviável para ser utilizada como fonte por uma historiografia clássica.

Com o decorrer do tempo livros, poemas, textos e demais fontes literárias passaram a ser observadas pelos historiadores como um rico material de pesquisa. Como afirma Ferreira:

Nas últimas décadas os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo (FERREIRA, 2012, p. 61).

Ao analisar uma gama de materiais literários e de querer definir seu uso como fonte histórica seria correto falarmos que todos são documentos históricos? Mas como definir se algo é viável e confiável para realização de uma pesquisa?

Documentos históricos são de primazia para uma pesquisa historiográfica, sendo ela destinada para a criação de artigos, trabalhos ou defesas de ideias acerca dos usos sociais do tempo. Esses documentos históricos, ou fontes como fica melhor definir, possuem alguma regra de classificação?

Desta forma e razão, o historiador José D'Assunção Barros fala que o historiador não possui restrições com a possibilidade de utilizar qualquer objeto e relato em fonte histórica.

Marc Bloch em *Apologia da História ou o ofício do historiador* fala que por mais que os documentos sejam os mais claros possíveis, mesmo assim cabe ao historiador fazer as perguntas corretas. Sendo assim Marc Bloch ainda afirma que o historiador

precisa ter competências em diversas áreas, pois o seu trabalho exige esse conhecimento.

Podemos então definir de uma forma resumida Como fonte histórica os seguintes itens abaixo listados:

Documentos textuais: cartas, crônicas, ofícios, diários e relatos oficiais. Vestígios arqueológicos: objetos de cerâmica, construções e estátuas. Representações pictóricas: quadros, pinturas, fotos e afrescos. Registros orais: testemunhos pessoais transmitidos oralmente.

Não é simples assim definir fontes históricas, sendo preciso sempre analisar caso a caso.

Um documento histórico é dotado de informações preciosas para um leitor e historiador específico. Podemos utilizar do seguinte exemplo.

Um historiador que procura fontes para a pesquisa bélica não vai considerar uma receita de acarajé como fonte histórica, mas o historiador que procura fontes históricas relacionadas a culturas de matriz africana iria analisar a mesma receita com um grau de importância muito relevante para sua pesquisa.

Se os ingredientes nada servem para uma historiografia bélica, esses mesmos ingredientes relatam como escravizados que possuíam culturas africanas e mantinham por meio de ingredientes e receitas uma relação com o passado, com a alimentação, comércio, comunicação e troca.

Portanto, uma receita de acarajé apresenta um relato dos costumes e vivências, dos alimentos que vaziam parte do convívio de um povo. Portanto volto a buscar o pensamento de Marc Bloch, é preciso fazer a pergunta certa para a fonte, assim obtendo seu alvo de pesquisa.

Quando retrocedemos para o século XIX, período em que a História se firmou como disciplina acadêmica, ficou estabelecido que análises e métodos rigorosos se pautavam na autenticidade dos documentos, os “relatos da verdade”. Essa verdade só era obtida por meio de documentos oficiais. Esse pensamento positivista estava ligado diretamente com a escola metódica. Essa vertente

pretendia correlacionar documentos para reconstruir uma histórica autêntica de causa e consequência, sem uma verticalização do conhecimento de suas estruturas e conjunturas.

No ano de 1929, surgiu na França a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, que tinha por objetivo se desvincular dos pensamentos positivistas da escola metódica, que via a história de modo redutor como uma crônica de acontecimentos. A escola dos Annales tinha como objetivo compreender os processos de breve e longa duração, assim trazendo uma melhor compreensão das mentalidades.

Essa nova linha de pensamento colocou a historiografia tradicional em desuso por apresentar uma quantidade de fontes bem mais vasta, basicamente por trazer todos os aspectos da vida humana para a pauta de estudo. Diz Ferreira:

No século XIX para que a construção da história tivesse validade era preciso uma fonte documental, mas a partir do século XX os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram na França a revista dos Annales que tinha a missão de renovar a produção historiográfica tradicional. E assim podemos perceber que Lucien Febvre foi o precursor da história das mentalidades e com isso abriu espaço para investigação de textos literários (FERREIRA, 2012, p. 63).

Essa visão da história traz todos os aspectos da vida humana para pauta de estudo. Portanto, a literatura e os romances passaram a ser fontes históricas. O historiador tem como ferramenta de pesquisa e interpretação as fontes literárias desde que as mesmas sejam usadas de forma coerente e que o mesmo mantenha uma “distância” emocional da fonte de pesquisa.

De igual condição Ferreira nos alerta do historiador pesquisador necessitar de técnicas para perceber e desvincular relações entre o que é estado da arte por meio da literatura e o que é relato histórico.

Quando paramos para analisar uma obra de literatura nos deparamos com inúmeros personagens, localizações e cenários de

diálogo e descrição de locais. Mas isso tem o limite até onde esse ponto é ficção ou verossímil. Em obras literárias é bastante comum o uso de personagens fictícios, lugares, cidades e cenários criados.

Também são muito utilizados personagens reais, mas que tiveram os nomes alterados para preservação de sigilo ou simplesmente para evitar transtornos futuros por não obter licença e autorização para a utilização do uso desses nomes ou locais específicos.

Desta forma, o escritor literário e principalmente o historiador que utiliza obras literárias em seus trabalhos tem a obrigação profissional e civil de não difamar o seu objeto de pesquisa.

Um dos grandes percalços para a utilização de literatura como fonte histórica está diretamente ligada à pesquisa aprofundada da obra que o historiador precisa retirar suas informações. Cabendo ao mesmo se utilizar de informações adicionais, pesquisas a respeito de personagens, diálogos e senários para que obtenha um melhor manuseio e desenvolvimento do seu trabalho historiográfico.

Todavia, é claro que por mais que o material de pesquisa seja rico em informações, não retira toda a responsabilidade das mãos do historiador, pois o mesmo precisa ter um olhar sensível aos fatos e as estruturas que estão expostas na literatura.

Sendo assim, a literatura uma ferramenta para o historiador entender os costumes, culturas e comportamentos de uma sociedade que por muitas vezes é mascarada por meio de relatórios oficiais. Relatórios esses que costumam ser insensíveis, ou seja: informações técnicas que não representam o dia a dia do camponês, do comerciante, do trabalhador e de entre outras personagens que transitam em meio a uma estrutura social. Escreve Pesavento que:

(...) A literatura registra a vida. Literatura é, sobretudo, impressão de vida. E, com isto, chegamos a uma das metas mais buscadas nos domínios da História Cultural: capturar a impressão de vida, a energia vital, a energia presente no passado, na raiz da explicação de seus atos e da sua forma de qualificar o mundo. E estes traços, eles podem ser resgatados na narrativa literária,...). (PESAVENTO, 2003, p.09, grifos da autora).

Dessa forma, devemos compreender que a literatura pode

ser utilizada como fonte histórica sim, mas a sua utilização requer um cuidado como qualquer outro documento oficial, pois o documento oficial te traz a informação e a literatura utilizada com cuidado também é assim.

Dá mesma forma que uma literatura pode contar informações errôneas, o documento oficial por mais que seja extraído de uma fonte oficial, nem sempre esta contido nele a verdade. A literatura, o romance possui liberdade poética e desta forma ela é livre para se expressar. Diferente das fontes oficiais, que deveriam conter a veracidade das informações.

A literatura tem um fino véu que encobre as informações. O historiador tem a necessidade de ser hábil para descobrir esse véu e prospectar as informações. E é claro, pegar esse material organizar e tornar esse objeto de trabalho inteligível para o leitor.

1.1 - COMO UMA OBRA LITERÁRIA TORNA-SE FONTE HISTÓRICA

As fontes históricas são todos ou quaisquer materiais que sirvam de embasamento para uma defesa de linha de pensamento. Para o historiador, a criação da argumentação dependera e claro da linha de raciocínio do historiador. Sendo que essa linha de raciocínio possa ser refutada ou abraçada por demais colegas de profissão. Para Pinski,

Fontes históricas são o material o qual os historiadores se apropriam por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas para tecerem seus discursos históricos. (PINSKI, 2005, 07)

Textos literários tem a capacidade de multiplicar o entendimento do historiador. O estudo debruçado em textos literários abre uma perspectiva do entendimento, o que é sensível também ao ensino, de forma que pode ajudar orientado o olhar do historiador sobre aquilo que ainda estava encoberto.

Outro ponto importante é o fato do pesquisador quase nunca ser o primeiro leitor do documento escolhido. Dessa forma,

cabe ao mesmo dialogar com demais obras e os seus autores, por já existir uma classificação e estudos, uma historiografia literária a respeito do documento.

Então como uma obra literária pode tornar-se fonte histórica? Uma fonte histórica apresenta os elementos materiais e não materiais produzidos pela ação do homem, indo ao encontro do historiador. Para Marc Bloch em *Apologia da História ou o ofício do historiador*, tudo que o homem produz pode gerar informações sobre ele.

Então podemos dizer que toda literatura é uma fonte documental? De certa maneira sim, mas nesse momento precisamos fazer uma separação; se essa obra literária será histórico realista ou não realista (literatura fantástica ou fantasia).

Por exemplo, uma obra de romance histórico realista será baseada em um momento histórico que possivelmente gerou muita comoção ou alarde em um determinado período, a obra desse determinado estudo. *O Tronco* é classificado como romance histórico, realista. Por mais que os personagens, nomes e cenário tenham sofrido alterações, a obra conserva a estrutura dos acontecimentos e se insere no meio da narrativa. Assim se fazendo sentir as sensações e momentos da trama.

Agora quando utilizamos uma obra literária fantástica, um gênero que narra temas ficcionais, estamos utilizando de uma narrativa que não possui correlações diretas com fatos, mas que podem possuir narrativas relacionadas com mitologias e costumes sociais. O escritor não cria o costume, pois uma grande parcela da população já tem os hábitos aproveitados pelo romance.

Portanto, a literatura não se torna somente fonte histórica, ela é fonte histórica de qualquer natureza, cabendo a cada pesquisador utilizar de forma coesa e consistente as obras para enriquecer seu trabalho de investigador.

CAPITULO II

A PRÁTICA DO CORONELISMO

Quando analisamos a velha republica e suas práticas políticas, temos logo a vista como o coronelismo era uma prática usual. Havia uma metodologia de coação onde o coronel exercia seu poder para que seus subalternos obedecessem e votassem em determinado político para a permanencia e manutenção de um poder já pré-estabelecido.

Como o voto não era secreto, os que sofriam influência direta dos coronéis acabava por não terem alternativas de desassociarem dos objetivos do coronel. Sendo um desses o motivo do termo voto de cabresto, “o eleitor é levado ate as zonas eleitorais quase da mesma forma que o cavalo obedece ao cabresto do seu senhor.”.

Como os eleitores em sua maioria eram analfabetos funcionais, possuíam apenas a habilidade de escrever o próprio nome, a legislação do período não permitia que analfabetos votassem, por serem submissos ao coronel, já recebiam as cédulas preenchidas e eram encaminhados até as zonas eleitorais apenas para depositarem o voto.

Quando um eleitor, candidato ou grupo tentasse exercer concorrência e oposição as preferencias do coronel, os mesmos eram hostilizados, reprimidos e até mortos. Isso não era escondido, mas realizado em movimentos públicos para que servissem de aviso, uma forma de controle social violento e explicito.

Mas para falar de coronelismo devemos destacar de onde vem, como surgiu. Quando retornamos ao período imperial no século XIX, o Brasil Império que teve inicio em 07 de setembro de 1822, dia e ano da Independência do Brasil e perdurou até 15 de novembro de 1889 quando ocorre a proclamação da República.

No ano de 1831 o Ministro da Justiça Diogo Antônio Feijó estipula a criação da Guarda Nacional, anos estes que estavam sobre o período regencial (1831 – 1840).

Devido Dom Pedro II ter apenas cinco anos de idade e ser impedido pela constituição de 1824 de assumir o trono, resultou em diversas revoltas e levantes que tentavam ir contra o governo, esta falta de um representante real no trono trazia instabilidade no império⁵.

A Guarda Nacional era uma força, sendo um dos reforços pertencentes à república brasileira que já possuía forças militares como o Exército brasileiro, a Guarda Nacional era uma força civil que agia como uma milícia. Desta forma garantia a manutenção do poder imperial em todos os pontos do Império, os seus principais integrantes recebiam o título de coronel. Coronéis que pertenciam às elites proprietárias de terras, esses grandes latifundiários e em sua grande maioria personalidades políticas acabaram se favorecendo de seus títulos e facilidades com o império para a manutenção do seu poder regional.

Com o tempo a função pública do coronel como “mantenedor da ordem” no império e logo em decorrência na república foi desvirtuado e passou a ser exercida e recrutada para que os interesses dos coronéis fossem assegurados, tais práticas passaram a serem ferramentas de coerção política.

Tais praticas só começaram a enfraquecer a partir da Revolução de 1930 que exerce um golpe de estado no então presidente da república Washington Luís, com isso Getúlio Vargas assume a chefia do então “governo provisório”, assim destituindo do poder os chefes de estados e colocando pessoas de sua confiança para o governo estadual.

Com a constituição de 1934 foi instituído o voto secreto. Tal pratica enfraqueceu ainda mais o poder exercido pelos coronéis que tecnicamente não eram mais coronéis. Mas mesmo assim eram personalidades políticas primordiais nas suas regiões.

⁵ In: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013, capítulo 4

2.1 - A chacina do Duro

A chacina do Duro também conhecida como Chacina dos Nove ocorreu no ano de 1918 na Vila de São José do Duro que atualmente pertence ao município de Dianópolis no estado do Tocantins, há cerca de 340 quilômetros da capital Palmas, uma região bem próxima da fronteira com a Bahia.

A prática do coronelismo desafiava e afrontava por longos períodos o poder público em grandes regiões e cidades brasileiras. Com o intuito de extinguir tais práticas coronelistas, surgiu a Política de Salvação proposta pelo Presidente Hermes da Fonseca.

Em várias regiões os homens que possuíam o título de coronéis, os donos das terras, possuíam mais poder de influência que o próprio poder público. Representados por forças policiais e administrativas: delegados e prefeitos por exemplo.

A Política da Salvação era defendida por Hermes da Fonseca como uma forma de combater a corrupção nas intuições políticas, com um olhar em especial nos estados da república. Com o fim do mandato do Marechal Hermes da Fonseca o programa se findou, por não possuir apoio popular e devido os grandes proprietários de terras não permitirem que militares interviessem no seu poder regional.

Mas o intuito na realidade era outro. As oligarquias regionais e estaduais sempre foram os principais apoiadores e opositores referentes a um governo estadual ou nacional. Por tanto ao utilizar de um bom pretexto político, Hermes da Fonseca conseguiria suprimir seus opositores.

A política de Salvação era executada por meio da retirada de cargos políticos, sendo eles cargos de presidentes de estados e afins. Tais execuções eram realizadas através da força militar e pela escala administrativa.

O massacre do Duro acontece entre dezembro de 1918 e janeiro de 1919. Entre as principais personalidades estava então o

ex-deputado federal e coronel Abílio Wolney, o juiz Celso Calmon e em uma ótica mais distante duas personalidades políticas de primeiro escalão do estado goiano, O presidente do Estado na época, o desembargador Alves de Castro e o Deputado Brasil de Ramos Caiado.

O juiz Celso Calmon da cidade de Goiás no mês de julho de 1918, após três meses de marcha chega à Vila de São José do Duro com uma comitiva de 68 soldados destacados pelo estado. A mando do Deputado Brasil de Ramos Caiado⁶, a fim de investigar irregularidades a respeito de um inventário referente a um cidadão comum, Vicente Belém, irregularidade esta que segundo suspeita havia sido provocada por membro da família Wolney.

No dia 21 de dezembro do mesmo, o juiz Celso Calmon manda prender sete membros da família do coronel Abílio Wolney. Prisões estas realizadas como medida paliativa, pois no início do mesmo mês de dezembro não obteve sucesso ao se dirigir até a fazenda buracão, com o intuito de sequestrar os documentos referentes ao inventário do finado Vicente Belém.

O oficial de justiça Justino Pereira Bueno executa as ordens do Juiz Calmon, isso no dia 23 de dezembro, cinco pessoas foram presas e duas acabaram mortas por resistirem à prisão, segundo a versão apresentada pelos policiais. Sendo os mortos na fazenda buracão que pertencia a família Wolney, um funcionário, Antônio Caboclo e Joaquim Ayres Cavalcante Wolney, pai de Abílio Wolney⁷

O coronel Abílio Wolney ao saber das mortes e principalmente referente à morte do seu pai Joaquim Ayres e a prisão dos seus familiares. Reúne cerca de 200 homens entre

⁶Medico e político, foi presidente de Goiás, de 14 de julho de 1925 a 12 de março de 1927 e de 9 de abril de 1927 a 13 de julho de 1929, além de ter sido Deputado e Senador durante a República Velha.

⁷ In: *Chacinas, Combates e Massacres: Medo e Violência Em Goiás*. Goiás: Editora Puc Goiás, 2012.

fazendeiros e jagunços, com o intuito de fazer uma investida contra a Vila de São José do Duro.

Onde estava localizada a comitiva comandada pelo juiz Celso Calmo, quando os soldados souberam do engajamento que o coronel Abílio estará a traçar, capturou e prendeu mais seis integrantes da família Wolney e por decorrência da captura os prendendo em praça pública no centro da cidade, em um tronco⁸.

Com o cenário do conflito já declarado, o juiz Calmon finaliza o processo sem achar um veredito e parte de volta para cidade de Goiás com a escolta de dez soldados.

Os soldados que não voltaram com o juiz Calmon, libertaram a irmã do coronel Abílio, Ana Custódia, com a intenção de a irmã convencer o coronel a parar o ataque, pois os soldados estavam em menor número e cercados.

O acordo era a libertação de todos os familiares em favor do coronel não atacar a guarnição de soldados. Porém Abílio não ouviu os pedidos de acordo da sua irmã e executa o ataque contra os soldados, que persistiu até o dia 18 de janeiro de 1919.

Com a decorrência do conflito em meio aos tiroteios, os soldados acudados e cercados chacinaram a maioria dos reféns presos ao tronco. E logo em seguida deixaram seus postos e bandearam em fuga.

Para o historiador Eliézer Cardoso de Oliveira:

Os 100 anos da Chacina do Duro é um lembrete para que as instituições policiais e judiciárias façam uso comedido do poder que lhes foi atribuído. Muitas outras chacinas e injustiças aconteceram na história de Goiás, mas não tiveram a ressonância por que não envolveram personalidades poderosas. O significado maior da

⁸ O tronco era um instrumento de tortura, humilhação e prisão, onde na maioria das vezes o cativo tinha as mãos ou os pés presos em furos ou grilhões fixados na madeira.

tragédia do Duro é evitar pensar a evolução das nossas instituições de forma linear e ingênua.

O episódio revela o lado sombrio da modernização brasileira, no qual ocorreram inúmeras chacinas e massacres. Chacina que se explica estruturalmente por um Estado fraco, esforçando-se por monopolizar a violência (a premissa básica da definição de um Estado segundo o sociólogo Max Weber), enfrentando uma aristocracia poderosa, proprietária de gados e homens, capaz de enfrentar e colocar para correr a força estadual. Atualmente, no que pese episódios isolados de 'novo cangaço' a força militar do Estado é suficiente para sufocar e vencer qualquer 'senhor da guerra'. Como o Estado era fraco, era obrigado a fazer uso da força bruta, empregando homens valentes, violentos e rudes na força policial. Um lembrete para aqueles que defendem a atuação 'dura' da polícia: polícia violenta é sintoma de fraqueza e não de força; num país com grande força institucional, basta a presença simbólica da polícia para coibir a resistência. No episódio do Duro, observa-se a atuação desastrosa da polícia, comandada por um juiz ambicioso, que agiu nos limites da criminalidade: assassinou a sangue frio, prendeu pessoas em cárcere privado, chacinou inocentes (OLIVEIRA, 2019).

Como Eliézer Cardoso de Oliveira descreve, o massacre é uma tentativa falida do estado em tentar manter o controle e reiterar o seu poder, sendo o senhor supremo da terra, mas como ele mesmo descreve, atos violentos por meio do estado não demonstram seu poder, mas sim o inverso, um estado forte não precisa exercer força bruta para atestar seu poder, somente sua presença já garante seus interesses.

Após o conflito os soldados que conseguiram se evadir foram detidos e o juiz Calmon foi condenado a ficar um ano suspenso de suas funções e a pagar multa referente a sua ordem incoerente de prender os familiares Wolney sem provas consistentes. O Estado de Goiás mesmo após aplicar tais atos disciplinares não conseguiu abafar da esfera nacional a propagação das notícias referentes ao massacre na Vila de São José do Duro.

Os membros que restaram da família Wolney juntamente com o coronel Abílio Wolney permaneceram exercendo seu domínio regional. O coronel em questão permaneceu do no controle regional até sua morte em 12 de setembro de 1965, falecendo com 89 anos de idade.

Valem destacar as nove personalidades assassinadas, que

foram homenageadas de forma póstuma na Capela dos Nove, em Dianópolis: João Batista Leal, cunhado de Abílio Wolney, Benedito de Cerqueira Póvoa, capitão da Guarda Nacional, João Pinto Póvoa, filho de Benedito de Cerqueira e noivo de uma das filhas de Abílio, João Rodrigues de Santana, Nilo Santana e Salvador Santana, ambos filhos de João Rodrigues, Messias Camelo, sobrinho de Abílio, Nasário do Bonfim, agregado de João Rodrigues) e Wolney Filho, irmão de Abílio.

Desta forma podemos concluir que a chacina dos nove é um reflexo do cotidiano da velha república, sendo que o conflito tratasse de um entre muitos que ocorrera.

Quando o historiador Boris Fausto em História do Brasil, fala sobre os diversos conflitos durante o período regencial:

Quando se sabe que muitas das antigas queixas das províncias se voltavam contra a centralização monárquica, pode parecer estranho o surgimento de tantas revoltas nesse período. Afinal de contas, a Regência procurou dar alguma autonomia às Assembleias Provinciais e organizar a distribuição de rendas entre o governo central e as províncias. Ocorre porém que, agindo nesse sentido, os regentes acabaram incentivando as disputas entre elites regionais pelo controle das províncias cuja importância crescia. Além disso, o governo perdera a aura de legitimidade que, bem ou mal, tivera enquanto um imperador esteve no trono. Algumas indicações equivocadas para presidente de províncias fizeram o resto. (FAUSTO, 2013, p. 165.)

Podemos ver como disputas de poder e revoltas se esturram de uma forma rápida e contundente, o Massacre do Duro ocorre 78 anos após o fim da regência e apenas 29 anos após o fim do Império, um curto período de tempo onde a Primeira República Brasileira ainda estava estruturando seu poder simbólico⁹.

Sendo que o massacre do duro acaba se tornando mais conhecido e debatido devido a sua incorporação e adaptação a literatura.

⁹ O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p. 7)

CAPITULO III

A CHACINA NA VISÃO DO ROMANCE *O TRONCO* E AS RELAÇÕES SOCIAIS DOS SERTANEJOS.

O romance *O Tronco* nos retrata a vida cotidiana do sertanejo de Goyaz, que tem como principal ofício o cultivo da terra, sendo ela por meio de pequenos terrenos, lotes ou prestando serviço para fazendeiros ou coronéis que obtêm terrenos, provisões e capital financeiro para ser trocado em forma de trabalho com esses sertanejos pouco abastardo.

Desta forma o exercício da função de sertanejo era algo estruturalmente desfavorável para o prestador de serviço, o sertanejo e altamente favorável ao dono das terras, o coronel. Essa balança de favores e obrigações normalmente possuíam uma ordem de fatores que sempre o trabalhador rural estaria em dívida com o coronel, sendo ela ligada de forma direta: dívidas financeiras decorrentes de algum empréstimo ou dividendos na compra de mercadorias que só os coronéis possuíam.

Os coronéis possuíam em suas regiões de domínio mercearias, mercadinhos e afins com os suprimentos básicos que não eram produzidos ou cultivados pelos sertanejos, por exemplo; alguns tipos de bebidas, cereais, óleos e combustíveis como a querosene que eram utilizados em lamparinas. Desta forma o sertanejo sempre ficava atrelado a uma dívida impagável que por sua vez era controlada pelo coronel, por meio de um caderno de anotações ou outro objeto com a mesma finalidade.

Então, o sertanejo era ligado ao coronel na esfera de favores, onde o sertanejo se sentia no dever moral de servir o coronel. Por um senso popular onde o coronel seria o protetor e interventor da região onde esse cidadão morava. Uma forma de garantir uma relação amigável com a figura política mais forte da regional e ao mesmo tempo evitar quaisquer transtornos armados.

Pois o sertanejo sabia que uma disputa ou rinha com famílias influentes não resultaria em uma vitória, mas sim em uma possível represaria pesada contra sua família.

Muitas vezes, o coronel e seus familiares se sentiam no direito de retirar a vida desse camponês e de toda sua família e integrar os terrenos que pertenciam a esse camponês como uma reparação dos “transtornos sofridos”.

Podemos já aqui pegar um pequeno recorte do livro, uma fala de Martim, um personagem na obra, que estava assombrado por uma possível represaria dos Melos devido Vicente, coletor e fiscal da Republica ter lavrado um auto de contrabando, contra um boiadeiro amigo e possível sócio de Artur Melo:

— A gente podia mudar de casa — observou Martim. O inesperado e estapafúrdio da afirmativa, provocou o riso de Cláudio, que exclamou: — Ora, homem, que tem a casa com tudo isso?

— Em São Marcelo metera m fogo no Cartório e mataram a família inteirinha do escrivão, que estava dentro. Foi o velho, a mulher e parece que cinco filhos. Uma desgraça!

Cláudio ria: — Aqui, lugar seguro é o cemitério e assim mesmo, olha lá!

Pelas árvores, os derradeiros sanhaços davam seus pulinhos ágeis, gorjeando aquele gorjeio de uma beleza simples. Na grotinha do Largo, a saparia iniciava a orquestra. O cururu velho roncava no papo que dava gosto, secundado do sapo-cachorro.

Martim se ergueu e saiu. La ver um conhecido e entreter as horas jogando um sete-e-meio!

— Vamos, Cláudio. — Mas Cláudio rejeitou. Consigo, pensou que o melhor seria não sair naquelas noites. Perigoso uma tocaia como aconteceu ao Vigilato. (Elis, 1988, p. 21)

Nessa perspectiva temos uma visão mais elaborada do que era a fama que rodeava um coronel no período da Primeira Republica (1889-1930).

Por tanto devemos estudar as formas como esses senhores de terra exercem seu poder, através da força política, financeira, por meio de prestígios ou intervenção física. Ao analisar a obra temos um breve deslumbre de como o Coronel Pedro Melo exerce seu poder de forma violenta nos habitantes do povoado do Duro.

Sendo assim a relação de violência presente no romance passa por várias estruturas do aspecto social, de forma mais direta e simplificada temos: A violência cultural; aquela que já é praticada de forma “natural” pelo sertanejo no seu ambiente familiar.

A violência cultural nasce no parâmetro simbólico, se estrutura em conceitos étnicos, de gênero e no próprio fator cultural. Desta forma os costumes e crenças da população são utilizados para justificar e legitimar a violência em si, desta forma o agente que pratica a violência não se sente culpado do ato.

Johan Galtung trabalha sobre o conceito de violência cultural da mesma forma que também realizou trabalhos anteriores relacionados à violência estrutural:

Por ‘violência cultural’ nós queremos dizer aqueles aspectos da cultura, a esfera simbólica da nossa existência – exemplificada pela religião e a ideologia, a linguagem e a arte, a ciência empírica e formal (lógica, matemática) – que pode ser utilizada para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural. (...) A violência cultural faz com que a violência direta e estrutural apareça, ou mesmo seja sentida como, correta – ou ao menos não errada. Assim como a ciência política trata de dois problemas – o uso do poder e a legitimação do uso do poder – os estudos da violência são sobre dois problemas: o uso da violência e a legitimação desse uso. (GALTUNG, 1990, p. 291)

Desta forma não é preciso que a violência cultural apareça como causadora direta ou indireta da violência, mas sim como uma justificativa ou legitimadora do ato violento. Como tais práticas costumam estar entrelaçadas nos costumes, linguagens e ritos.

Suas mudanças são extremamente lentas e difíceis de serem ultrapassadas, pois os praticantes estão acostumados com uma visão sociocultural. Basta observarmos comerciais de 20 ou 30 anos atrás e paramos para percebermos como o tempo, políticas públicas e educacionais são essenciais para converter um costume nocivo.

Da mesma forma que o sertanejo descrito por Bernardo Elis no romance *O Tronco*, não descaracteriza esse personagem maturo e interiorano. Que por sua vez não se prende apenas na perspectiva do sertanejo, a violência cultural transpassa em todas as classes de personagem durante a trama. Que vão dê do matuto ao coronel, do juiz ao boiadeiro, do jagunço ao soldado de tropa.

A violência estrutural; praticada pelos senhores e governantes com o intuito de manter a ordem administrativa.

Quando partimos para a violência estrutural é inegável a sua associação com as estruturas que estabelecem os pilares da administração pública. Entretanto a definição clara de quem a pratica e de quem estabelecesse o comando de tais ordem acaba ficando difusa em meio a inúmeras camadas que afasta os agentes causadores dos que sofrem a agressão física e psicológica.

Nós nos referiremos ao tipo de violência onde há um agente que comete a violência como violência pessoal ou direta, e a violência onde não há tal ator como violência estrutural ou indireta. Em ambos os casos indivíduos podem ser mortos ou mutilados, atingidos ou machucados em ambos os sentidos dessas palavras, e manipulados por meios de estratégias de cenoura e porrete. Mas enquanto no primeiro caso essas consequências podem ter sua origem traçada de volta até pessoas e agentes concretos, no segundo caso isso não é mais significativo. Talvez não haja nenhuma pessoa que diretamente cause dano a outra na estrutura. A violência é embutida na estrutura e aparece como desigualdade de poder e consequentemente como chances desiguais de vida (GALTUNG, 1969, p. 171).

Toda via o que mais deixa estampada a violência estrutural são as posições sociais e como isso defini de uma forma clara e alto-explicativa a desigualdade social.

3.1 – A violência estrutural perdura

Ao utilizar da obra *O Tronco*, temos essas divisões sociais muito bem definidas, algo que é claro: que não nos surpreende, quando as referências de Bernardo Elis para a criação do romance estarem na década 20. Um recorte temporal ainda muito ligado ao Brasil Império, que teve seu fim a pouco mais de 25 anos.

São bem nessas divisões sociais que a violência social estrutural se fixa, o coronel e as “família de renome”¹⁰ usufruíam e ainda usufruem de favores públicos, meio que em um fluxo sem fim de uma roda que gira para sua própria manutenção. Ou seja, utiliza de suas influencias e facilidades para obterem cargos públicos de chefia e fiscalização e ao mesmo tempo garantem com esses cargos a influência necessária para a permanência no poder.

Sendo que em classes menos abastardas a estrutura social é nociva e degradante. Nos períodos de Colônia e império o escravo, indígena e camponês, exerciam trabalhos que os definham e jogavam a sua expectativa de vida para níveis muito baixos.

Com a abolição da escravatura em 1888 e com a República Velha (1889-1930) houve poucas mudanças sociais realmente significativas. Dá mesma forma que o sertanejo, esse homem interiorano que vive no estado de Goyaz não estava muito distante dessa triste realidade.

Aproveitando essa mesma linha de raciocínio e impacto social, não podemos deixar de destacar esses nossos angustiados

¹⁰ São famílias tradicionais, dotadas de prestígio social.

anos do tempo presente. As nossas estruturas sociais por mais que tenham melhorado com relevantes avanços sociais, não perderam suas estruturas de exclusão.

Aboliu-se a escravatura e foram criadas as favelas urbanas. Mesmo com leis rígidas contra a violência e foi negligenciada a educação. Foram criados conflitos e segregações que em quase nada se diferem dos períodos dos coronéis, apenas transvestidas uma roupagem nova onde as classes sociais baixas alcançaram uma expectativa de vida um pouco melhor.

Agora quando falamos a respeito da violência física, denominada de uma forma mais técnica como a violência direta; praticada a princípio pelo Coronel Pedro Melo no intuito da permanência e manutenção dos seus domínios da região e logo em seguida pelo Governo de Goyaz, na tentativa de retomar o poder administrativo, político e militar da região.

A violência física tratasse da prática do próprio ato em si, praticado de uma forma explícita e contundente. Onde a força bruta é a ferramenta que ferre e causadora de danos humanos e materiais, ou seja, a prática do dolo.

Desta forma a prática de atos como, assaltos a mão armada, homicídio, um estupro ou espancamentos são todos definidos com violência direta. A própria Organização Mundial da Saúde estabelece a violência direta como:

Uso intencional da força física ou poder, ameaçado ou efetivo, contra a si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte em ou tenha uma alta probabilidade de resultar em ferimentos, morte, dano psicológico, deformações ou privação. (KRUG et al., 2002, p. 5).

Desta forma a aplicação da violência direta não está ligada exclusivamente ao ato da agressão física em si, mas também sobe outras perspectivas, a OMS caracteriza como violência direta atos

que violam a esfera: Psicológica, sexual, física e privação. Sendo a última privação pertencendo a parâmetros de cárcere privado, pertencente a violência direta mesmo que não aja agressão física.

Durante toda a obra de Bernardo Elis vemos claramente as práticas de violência diretas sendo praticadas:

A voz pastosa do bêbado rolava nas trevas e de sua porta o velho tio saiu, chamou lá dentro do quintal Tito e Resto-de-Onça. Mandou em casa do genro e sobrinho Tozão buscar o capanga Aleixo, tudo em silêncio, na ponta dos pés, cochicho nos ouvidos. Muito de sutil os três homens esperaram o bêbado; e quando ele encostou na calçadona alta do tio para soltar a sua cantiga, foi um vup e ram; meteram-lhe o porrete no piolho.

Alguma velha que estava rezando no escuro de uma casa, be que notou que a voz de Vigilato esbarrou num baque, a mo que engasgada, deixando o breu da noite ainda mais escuro. Na ponta dos pés e com o dedo na boca, o Coronel Pedro Melo desceu e sua calçadona, mandou buscar uma lanterna furta-fogo; com ela alumiou a cara do bêbado tombado no chão. Clareou e meteu fogo, arrebrandando-lhe os miolos.

--Carregue o cachorro – ciciou o velho olhando em tomo para ver se ninguém não chegava. Um cabra pegou por baixo dos ombros, outro pegou as pernas e lá se foram, com Aleixo na frente alumando e o velho atrás de Mauser engatilhada; no Largo negro, um mancha vermelha que se movia confusa e incerta.

Chegando à casa do sobrinho, ordenou que batessem. Aleixo bateu, a mulher abriu a porta e antes que os olhos dela pudessem habituar com a claridade da lanterna, os capangas balangavam o cadáver para lá, para cá e – Zás – atiravam ele aos pés da mulher e dos filhos, dentro da sala, no chão batido e úmido.” (Elis, 1988, p. 11).

Neste pequeno trecho da obra temos uma pequena noção de como alguns coronéis poderiam ser violentos para que a estrutura do seu poder fosse conservada.

O então personagem bêbado que é morto pelo coronel Pedro Melo era Vigilato, sobrinho do coronel que estava em desavença com o mesmo devido a uma briga, onde os capangas a mando do coronel faltaram com o respeito perante a esposa de Vigilato. Com

isso Vigilato foi ao encontro dos capangas do coronel para tirar satisfação e o próprio coronel se impõe perante o sertanejo de menor prestígio em uma tentativa de amedrontá-lo (Violência direta, coação), mas Vigilato enfrenta o Coronel Pedro Melo e o desmoralizando. Em uma tentativa mais incisiva do coronel, avançou sobre o sobrinho que em um movimento de rasteira derruba o coronel (Violência direta, confronto física).

Após esse cenário em que o coronel sai envergonhado e desmoralizado, Pedro Melo decide realizar uma tocaia para assassinar Vigilato na intenção de se vingar e reestabelecer seu prestígio.

Portanto, a violência direta é a forma mais visível da prática da violência, os agentes causadores podem até tentar se desvincular do ato da própria violência, com o abafamento e destruição de provas físicas. Mas para o observador que testemunha o processo, a violência direta é explícita.

A violência pode ser que seja mais intrínseca, permeia todas as demais épocas, garantindo a consolidação da dominação. É como um fantasma que sempre nos assombra, a violência simbólica; esta que torna o referente quase em um “deus na terra”, devido como os boatos interferem no psicológico dos interlocutores.

Quando pretendemos falar sobre violência, não podemos tirar do centro da discussão as teorias de Pierre Bourdieu (1930-2002), um sociólogo francês que abordou questões voltadas à sociologia e a antropologia. Ele buscou compreender temas como cultura, arte, linguística, política, simbologia e educação. Bourdieu nos indica conceitos sobre a violência simbólica, violência está praticada sem a opressão física, basicamente presente no imagético da sociedade. Segundo o mesmo:

A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer (BOURDIEU, 1996: p. 16).

Ainda de acordo com Bourdieu:

O que denomino de violência simbólica ou dominação simbólica, ou seja, formas de coerção que se baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais (BOURDIEU, 2012: p. 239).

Portanto, a violência simbólica não é algo predominante em todas as classes da sociedade, ela se estabelece e tipifica de acordo com as estruturas sociais, sendo elas exercidas de cima para baixo quando o alvo pretendido é o símbolo de poder que influencia o meio social e cultural.

Mas quando refletimos a respeito da visão de quem observa esse simbolismo de baixo para cima, temos essa visão do imagético do todo poderoso que não pode ser tocado ou contrariado. Trazendo para nosso objeto de pesquisa o Coronel Pedro Melo era detentor dessa violência simbólica no povoado do Duro, e conjecturando utilizando por base o romance de Bernardo Élis “- ai daquele que contrariar o Coronel”.

Sendo assim, Bourdieu, nos mostra que nem sempre os contratos sociais precisam ser estabelecidos de forma clara e aberta, em muitos dos casos simplesmente aceitamos tais simbolismos por já serem regras estabelecidas por costumes e tratativas anteriores a nossa existência, um exemplo simples de tais costumes seria: Aquele que é detentor do capital financeiro, também é detentor das regras da sociedade. Pois já foi pré-estabelecido o costume de achar que aquele que tem dinheiro ou bens tem o poder de comprar tudo que está a sua volta.

Quando saímos da estrutura simbólica da violência temos outros três pontos de violência praticada de forma clara no romance *O Tronco*, a violência exercida pelos coronéis, a violência exercida pelo Estado, a violência cultural presente no cotidiano do sertanejo goiano. A violência exercida pelos coronéis era uma mistura e consequência de vários fatores, sendo alguns deles políticos, com a intenção da manutenção da influência política perante a Primeira República. Ou seja, coronéis são representantes políticos e latifundiários regionais.

A partir do momento que seu poder passa a ser ameaçado ou desafiado, o mesmo exerce sua influência na perspectiva política por meio de acordos para fortalecer seu prestígio, alianças e com o intuito de criar aliados e fortalecer seus domínios. Por meio da força física, sendo essa a forma de violência mais extrema praticada por um coronel. Mas exercida de forma rotineira pelo Coronel Pedro Melo, enquanto seu filho Artur Melo deputado da República usava sua influência para exercer de forma mais incisiva o prestígio político.

Já o Estado, exercia e ainda exerce sua força simbólica em todos os escalões da sociedade, de uma forma mais incisiva e direta perante os escalões menos favorecidos, por meio da esfera administrativa e violência direta, ações praticadas por órgãos de controle, polícia, exercito, guarda e entre outras.

Quando partimos para uma escala de pessoas mais privilegiadas, como no caso do personagem do romance, o Coronel Pedro Melo. Temos um Estado mais maleável, que utiliza de agentes jurídicos e “motivos” para exercer sua vontade. Nesse momento temos frases de justificativas como: É o dever do Estado garantir sua soberania e manutenção.

É algo que ocorre no decorrer do Romance, o Estado utiliza de sua mão forte para que garanta seus interesses. Através do Juiz Hermínio Lobato que é enviado para a vila do Duro juntamente com

30 soldados para averiguar o assassinato de Vigilato e demais atos violentos praticados a mando do coronel Pedro Melo.

Ao ler o romance temos uma visão de Bernardo Élis a respeito de como os coronéis do sertão goianiense obtinham poder, prestígio e representatividade política em suas regiões de domínio. Mas ao mesmo tempo nós mostra a visão do sertanejo que precisa obedecer a três senhores, o coronel dono da estrutura local, o Estado sendo o representante legal da Primeira Republica e a obediência religiosa cristã.

Por tanto a problematização pode ser classificada em alguns pontos chaves, sendo eles: A violência exercida pelos coronéis, como forma de controle em regiões localizadas e seus domínios regionais. A violência exercida pelo Estado, como forma de controle político, jurídico e regional, em todo território estadual e a violência cultural presente no cotidiano do sertanejo goiano.

Desta forma, a análise e a interpretação da violência exercida em *O Tronco* nos dá uma visão mais aberta do Massacre do Arraial do Duro, atual município de Dianópolis em Tocantins. Ao problematizar a respeito da violência podemos ter uma análise de como as estruturas de poder se organizam e reorganizam de forma não natural, mas sim, a partir de interesses e por aplicação de força e violência.

O ponto central tanto da obra literária, quando dos acontecimentos históricos ocorre na chacina, na obra *O Tronco* os chacinados são os familiares e pessoas próximas dos Melos e no relato historiográfico os chacinados são os familiares e pessoas próximas do coronel Abílio Wolney.

Em ambos é compartilhado a presença do tronco onde foram presos por algemas e correntes os chacinados. Na obra de Bernardo Elis os reféns estava em seu cativo dentro do quartel de Mendes de Assis, atrás de uma porta pesada em uma sala.

Enquanto que nos documentos oficiais os reféns foram presos em praça pública, mas tiveram como decorrência o mesmo fim brutal, assassinados em meio a um conflito violento e cruel, que não diferenciava em nada as guerras no cangaço.

Vale trazer o recorte da obra que relata a violência praticada no conflito, no momento da chacina:

Enéias não teve dúvida. Foi topar Mané Vitô na porta da sala do tronco, montando guarda aos reféns. Ninguém aguentaria aquele assalto. Em Pedro Afonso tinha sido muito mais fraco. Era fugir e fugir já, se não quisesse largar o couro na unha de Batata. Os bandidos já arrombavam o muro, já invadiam o quartel. Aquilo significava que o quartel de Mendes de Assise seus homens estavam mortos. Era verdade o que os bandidos anunciavam: Mendes de Assis estava no inferno. Ah, não tinha dúvida! Batata cumpria com o prometido: o ataque seria tão fulminante que a polícia não ia ter tempo de matar os prisioneiros. Mas batata estava redondamente enganado. Os sitiados não tinham salvação, é verdade: todos pelos jagunços, mas também os prisioneiros não ficariam com vida. Isso não Ficariam!

Pálido, mas corcunda, Enéias deu a ordem:

- Matar os reféns.

Lá de fora vinha o grito que punha arrepios em Enéias: Roberto Dourado tá aqui!

Era o mesmo grito de Pedro Afonso, era o mesmo desespero, mesma fúria.

Ante a ordem que esperava desde a véspera, Mane Vitô manobrou a arma, abriu a pesada porta da sala. Nove homens de joelhos ajuntaram as mãos em súplica: Pelo amor de Deus, não mata, não mata!

A Winchester de Mane Vitô roncou sinistra, até engasgar. Gritos dos encheram a casa, de par com a fumaceira. Nisso, do escuro do quarto, o rosto de Damião de Bastos único prisioneiro que jamais pediu coisa alguma durante a prisão. Aquela cara máscula cresceu no escuro do quarto, contraiu-se e pegou a chorar feito um menino!

- Me mata primero. Num quero ver meus filhos morrer na minha frente. Me mata! Rapidamente Mane Vitô encheu a carabina e novas detonações retumbaram pelo velho sobrado. Outros homens tombaram e novamente a súplica de Damião de Bastos que tentava defender os filhos, um dos quais jazia morto. Mais tiros e do meio da fumaça ardia o rosto de Damião de Bastos sempre surgia horroroso, aos brados, com uma fúria tal que

Mane Vitô recuou. Aquilo certamente pissuía corpo fechado!

(...)

Aí Nestório meteu o pé na porta e começou a desfechar tiros. Deu no gatilho até que a carabina esgotou a carga. Depois, puxou a porta e disse:

- Pronto, meu alferes: Num mato mais ninguém preso. Agora vou é enfrentar gente solta e vou pegar essa jagunçama aí fora, mó de num dizer que a gente só mata homem amarrado. (Elis, 1988, p. 2016 - 217)

A obra é repleta de momentos truculentos e cheio de conflitos. Bernardo Élis dividiu, assim, a obra em quatro capítulos; I. O inventário, II. A comissão, III. A prisão e IV. O assalto. Seguindo uma ordem linear dos acontecimentos até o desfecho final, retrata o domínio dos coronéis e de todos que estavam sobe seu julgo. Onde até o omissso juiz responsável pela vila do Duro Juiz Ferreira, não se opunha perante o reinado dos melos.

Após os desfechos que resultam na prisão dos reféns ao tronco e o assalto dos jagunços frete a cidade, em uma tentativa de libertar os reféns da mão do Governo. Temos um desfecho que caminha junto com relatos oficiais.

O massacre em si, a debandada dos oficiais que claramente não conseguiram resistir às ofensivas mediante a um número muito inferior de homens. Esses são pontos vinculados diretamente com os interesses de classes pertencentes às elites, o poder e o domino.

Logo após o apaziguamento e balanços do conflito, o Estado de Goyaz sai a primeiro momento derrotado perante o coronel, mas a intenção está mais ligada ao enfraquecimento político e social que o coronel sofre.

Dá mesma forma que um sertanejo desafie um coronel sairá prejudicado, um coronel que venha a bater de frente com o

estado, também sairá prejudicado. O coronel continuou sendo a principal figura política da região, mas sofrera duras perdas.

A sociedade não pode ser definida como algo linear e progressiva, onde o Estado é simplesmente forte e íntegro em todas as suas ações. O Estado em sua estrutura legislativa e regada de termos e regras que garantem o bem estar social e a manutenção da máquina pública. Mas em vias de fato acaba por exercer os objetivos de quem o gerencia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta dessa pesquisa era a análise da violência política a partir da obra *O Tronco*, sendo que a violência se estrutura em todos os graus da sociedade. Uma demonstração de força que em muitas das vezes poderia ser evitada para uma convivência física e psicológica mais saudável.

Mas como de costume toda ferramenta ou ação praticada pela sociedade é exercida de forma a sempre gerar vantagem ao agente que o pratica. Por tanto uma pesquisa destinada a entender a violência e suas finalidades trás a tona a discussão de como podemos prevenir e evitar tais atos.

Sendo assim, um ótimo material de pesquisa para compreender e classificar os atos de violência foi a obra literária pelo seu potencial de fazer reviver tais atos praticados de forma direta ou indireta.

Sem deixar de fora a relação entre fatos históricos e a literatura, sabendo de antemão que a literatura também utiliza de sua suavidade e subjetividade, em alguns momentos, o texto de Ellis foi feito para delatar e denunciar atos sem que a estrutura seja atacada de forma direta.

A subjetividade da literatura proporciona o trato de temas relevantes como a violência, de tocando os sentimentos dos leitores de uma forma progressiva. Assim, proporciona ao leitor sensações, assimilações e entendimentos, algo que um texto científico só consegue transmitir de uma forma direta e sem sutilezas. E mesmo assim a literatura dialoga com os fatos históricos, cabendo a nos historiadores, estabelecer os limites de ate onde é literatura e a partir de que ponto e fonte historiográfica.

Desta forma foi realizado nessa pesquisa um breve dialogo entre a literatura e a fonte histórica. E de como a literatura pode ser uma fonte histórica, sendo que o trabalho historiográfico está na capacidade e da forma que o pesquisador ira questionar o texto literário.

Coube a analise do romance *O Tronco*, que obteve enorme repercussão por narrar de forma literária o Massacre do Duro (1918). Sendo Bernardo Élis autor do livro, um dos precursores da literatura goiana.

Como forma de melhor análise, primeiro percorremos os fatos históricos narrados de forma sistemática, trazendo os ocorridos de ponto a ponto, como é narrado os fatos que cominaram no Massacre do Duro. E de forma consecutiva os relatos, narrativas e enredos que foram tratados a partir da visão do romance de Bernardo Élis. No capítulo final levantamos novamente o questionamento a respeito de como a violência estrutural perdura na sociedade ao passar dos anos, e como a mesma se torna sistemática.

A pesquisa sobre o tema sempre estará aberta a uma nova ressignificação e complementos, pois a violência em todas as suas estruturas estava, esta e estará encrustada no meio social. *O Tronco* nos da um pequeno deslumbre de como pequenos senários, critérios e tratativas podem acarretar em atos truculentos e até selvagens.

Acreditamos que essa pesquisa venha complementar um longo e vasto acervo já pesquisado e defendido a respeito dos comportamentos humanos e de como, a literatura pode nos ajudar a compreender a nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, HANNAH. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Academia Brasileira de Letras, **Bernardo Élis** disponível em: < <https://www.academia.org.br/academicos/bernardo-elis/biografia> >

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica**, disponível em: < <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/viewFile/332/414> >

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

CARDOSO, Eliézer. **Chacinas, Combates e Massacres: Medo e Violência Em Goiás**. Goiás: Editora Puc Goiás, 2012.

CONTI, T. V. **Armas, Guerras e Instituições: os Estados Unidos, 1840-1940**. Campinas: IE/UNICAMP, 2019 (Tese de Doutorado).

ÉLIS, Bernardo, 1915E42t **O Tronco**: romance. — 8. Ed. — Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto 2012.

GALTUNG, J. **Cultural violence**. Journal of Peace Research. Manoa, v.27, n.3, p.291-305, ago. 1990.

KRUG, Etienne G., ed. (2002). **World Report on Violence and Health**. Vol. 1. World Health Organization.

NOLETO, Marília. **O “Barulho do Duro” à luz da História e da Literatura**, Ed. 2271; Jornal opção. Disponível em: < <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/o-barulho-do-duro-a-luz-da-historia-e-da-literatura-159398/> >

NOLETO, Marília. **Uma marca de sangue na História de Goiás: os cem anos do “Barulho do Duro”**, Ed. 2271; Jornal opção. Disponível em: < <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/uma-marca-de-sangue-na-historia-de-goias-os-cem-anos-do-barulho-do-duro-159367/> >

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e Literatura: uma velha nova história**. XXX. 2003.

PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, Tales. "**Política de Salvação de Hermes da Fonseca**";
PrePara Enem. Disponível em: <
<https://www.preparaenem.com/historia-do-Brasil/politica-salvacao-hermes-fonseca.htm>>

Revisão de Bourdieu, Pierre (2012), **Sur l'État. Cours au Collège de France** (1989-1992). Paris: Raisons d'Agir/Seuil.

Trecho de entrevista concedida pelo historiador Eliézer Cardoso de Oliveira ao Jornal Opção, **O "Barulho do Duro" à luz da História e da Literatura**, ed. 2271, em janeiro de 2019.